



DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO: MARCADORES DE COR/RAÇA

INEQUALITY IN EDUCATION: COLOR/RACE MARKERS

Dra. Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Paola Fernanda Amaral
Acadêmica - Faculdade Sagrada Família (FASF)

RESUMO: As Instituições de Ensino Superior, de modo geral, tem grande responsabilidade quanto à implementação das leis que tratam das relações étnico-raciais. Por isso foi proposto o projeto de iniciação científica em que o objetivo principal era desenvolver ações no âmbito da faculdade para que os(as) acadêmicos(as) pensem sobre a autodeclaração étnico-racial. A problemática estabelecida foi: em que medidas os(as) acadêmicos(as) têm consciência sobre a sua ancestralidade, no sentido de realizar sua autodeclaração étnico-racial? Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa básica, com abordagem qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista dos objetivos, foi uma pesquisa exploratória. Para os procedimentos técnicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com o uso de questionário. Para analisar os dados coletados, foi feita a análise do discurso. O resultado desta pesquisa apontou que a substituição do racismo por práticas multiculturais não vai acontecer sem os acadêmicos estarem mergulhados em conhecimentos sobre como funciona a estrutura econômica, política e ideológica brasileira. Sendo assim, concluiu-se que, para que os (as) acadêmicos(os) possam realizar sua autodeclaração, é necessário que todos os professores tenham também clareza sobre Educação Antirracista, no sentido de discutir esses conceitos em sala de aula com os estudantes.

Palavras-chave: educação antirracista, autodeclaração, estudantes.

ABSTRACT: Higher Education Institutions, in general, bear significant responsibility for implementing laws related to ethnic-racial relations. In this context, an undergraduate research project was proposed with the main objective of developing actions within the college environment to encourage students to reflect on ethnic-racial self-identification. The guiding research question was: to what extent are students aware of their ancestry when declaring their ethnic-racial identity? The study was based on basic research, adopting both qualitative and quantitative approaches. Regarding its objectives, it was characterized as exploratory research. In terms of technical procedures, bibliographic research and the use of questionnaires were employed. Discourse analysis was used to examine the collected data. The results indicated that replacing racism with multicultural practices will not occur unless students are deeply engaged in understanding the economic, political, and ideological structure of Brazilian society. Therefore, it was concluded that, for students to effectively carry out their self-identification, it is essential that all professors also have a clear understanding of Anti-Racist Education, in order to foster discussions of these concepts in the classroom.

Keywords: anti-racist education, self-declaration, students

INTRODUÇÃO

Por considerar a discussão sobre as relações étnico-raciais fundamental para a educação básica, a Faculdade Sagrada Família (FASF) promove o debate contínuo sobre as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Tais normas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996) ao incluírem o Artigo 26-A, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio do país. Nesse contexto, destaca-se o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação dessas leis, seja na pesquisa e produção de materiais didáticos, seja na formação de professores por meio de núcleos, laboratórios e grupos de estudo (CEB, 2015).

Nessa linha, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como seu Plano de Implementação, reforçam que a efetivação dessas leis depende da oferta sistêmica de formação continuada para profissionais da educação. Além disso, as diretrizes preconizam a inserção de conhecimentos, valores e práticas voltados aos Direitos Humanos e às relações étnico-raciais nos currículos da Educação Básica e do Ensino Superior, integrando-se aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

A partir desse ordenamento jurídico, propôs-se um projeto de iniciação científica cujo objetivo principal foi desenvolver ações que incentivassem os acadêmicos a refletir sobre a autodeclaração étnico-racial. A problemática estabelecida buscou identificar em que medida os estudantes possuem consciência sobre sua ancestralidade ao realizarem tal autodeclaração.

A autodeclaração é um instrumento essencial para evidenciar desigualdades sociais persistentes desde o período colonial e para retirar grupos historicamente desfavorecidos da invisibilidade. Por meio de questionários, este trabalho obteve indicadores de cor/raça dos acadêmicos, focando na percepção sobre o pertencimento racial. Um dos maiores desafios nesse processo é o reconhecimento da existência da discriminação na sociedade brasileira. Em um cenário que frequentemente nega o racismo, o ato de reconhecer-se como negro e debater práticas antirracistas torna-se um desafio estrutural necessário.

1 A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

A compreensão de como o racismo teve início no Brasil data do começo da colonização, em consequência do tráfico de pessoas trazidas da África como mão de obra escrava. Munanga (2019) afirma que, no Brasil, o racismo estrutural tem sua origem no processo de escravização, tanto dos povos indígenas, no início da colonização, quanto da população africana, trazida ainda no século XVI pelos colonizadores portugueses. Essa condição estruturante do racismo tem como resultado a manutenção e intensificação da exclusão, da falta de oportunidades, violência e pobreza das populações negra e indígena.

A colonização das terras brasileiras por Portugal teve como base a mercantilização da população negra, vistas como uma mercadoria. O critério utilizado era o da lei da oferta e da procura, como é destacado por Fausto (2002):

A principal razão reside no fato de que o comércio internacional de escravos trazidos da costa africana era, em si mesmo, um negócio tentador, que acabou se transformando em um grande negócio da colônia. Portugueses, holandeses e brasileiros, esses na fase inicial da Colônia, disputaram o controle da área. O tráfico representava, pois, uma fonte potencial de acumulação de riquezas e não apenas um meio de promover braços à grande lavoura de exportação. Devemos lembrar que houve da escravização do índio para o negro, variável no tempo e no espaço. Ela foi mesmo longa no núcleo central e mais rentável na empresa mercantil, ou seja, na economia mercantil em condições de absorver o preço da compra do escravo negro, bem mais elevado do que o do índio (Fausto, 2002, p.22).

Sendo assim, estabeleceram-se, no Brasil, hierarquias baseadas em origem e descendência. Após a abolição formal da escravidão, a população negra não foi plenamente integrada ao convívio social, permanecendo marcada pela herança de um sistema que a tratava como propriedade. Ainda hoje, estudantes, inclusive do ensino superior, enfrentam dificuldades para realizar sua autodeclaração racial com a naturalidade esperada, uma vez que isso implica reconhecer vínculos com uma ancestralidade historicamente submetida a condições degradantes de vida. Além disso, a Lei Áurea não garantiu direitos efetivos à população liberta, tampouco a seus descendentes.

Além disso, a sociedade foi constituída a partir da exploração de pessoas pretas escravizadas. A abolição foi realizada sem pensar nos direitos e necessidades dessa população. De acordo com as pesquisas realizadas por Ferreira (2014), os portugueses começaram a trazer os africanos para o Brasil por volta de 1520, quando

fracassou a tentativa de escravização dos indígenas. Até 1888 os africanos viveram como escravizados em terras brasileiras. O Brasil foi o último país a abolir tal prática.

Ainda segundo Ferreira (2014), a facilitação da entrada de imigrantes europeus no Brasil esteve associada a políticas de “branqueamento” da população, motivadas pela expressiva presença de pessoas negras no país. Nesse contexto, as elites dirigentes buscavam evitar que o Brasil fosse percebido, no cenário internacional, como uma nação inferior em razão de sua composição racial majoritariamente negra.

Embora a proposta do governo brasileiro não tenha sido bem-sucedida, no imaginário social as pessoas negras continuaram sendo consideradas inferiores. Nesse contexto, a população negra, desprovida de condições financeiras para adquirir terras, acessar trabalho digno e obter escolarização, foi empurrada para a marginalização, o que reforçou ainda mais a ideia de inferioridade. Historicamente, foram as pessoas negras que constituíram a parcela mais pobre da população, condição que, em grande medida, persiste até hoje.

Ao retomar a história da República no Brasil, pode-se afirmar, com base em Fausto (2002), que a Primeira República correspondeu ao período em que os grandes proprietários de fazendas cafeeiras ascenderam ao poder. Esse domínio entrou em declínio com a crise de 1929. Entre 1889 e 1930, o país foi marcado pela hegemonia das elites agrárias, sobretudo mineiras, paulistas e, em menor medida, cariocas, sustentada pela economia de exportação do café.

No final do século XIX, no Brasil, havia diferenciações entre as crianças pretas libertas pela lei do Ventre Livre-1871 e as pessoas que compraram sua alforria ou foram libertados pela Lei de Abolição de 13 de Maio de 1888. Desse modo, após essa data, a população africana não foi facilmente aceita no convívio social, dificultando o acesso aos diferentes serviços e, conseqüentemente, à escola.

Segundo Fausto (2002), a oligarquia da Primeira República voltava-se para seus próprios interesses. As vagas nas escolas públicas eram destinadas, majoritariamente, a seus filhos. A exclusão da população negra da sociedade era evidente, uma vez que essas pessoas eram tratadas como objetos — sem reconhecimento de sua capacidade intelectual e frequentemente associadas a estigmas como pobreza, ignorância e periculosidade. O trabalho a que tinham acesso era, em geral, pesado e braçal. Ainda conforme o autor, a história dessa população foi apagada da sociedade, com o intuito de dissociá-la da população branca. Com

isso, a importância das culturas afro-brasileira, africana e indígena foi deixada de lado no Brasil. A língua, a culinária, as danças, as religiões e a história dessas populações foram excluídas das práticas educativas. Por isso, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são fundamentais para a compreensão da história do Brasil e para que os estudantes tenham maior clareza sobre o processo de autodeclaração.

Para Rocha e Rosemberg (2007), o tema da classificação racial no Brasil é motivo de investigação, pois, nos últimos anos, em decorrência da mobilização favorável e contrária às ações afirmativas para negros e indígenas no acesso ao ensino superior, a maior dificuldade tem sido definir quem é negro, quem é branco e quem é indígena. Essa classificação, no Brasil, não é “objetiva”. Dessa forma, já se sabe que, para tal definição, há consensos e contradições, o que dificulta que pessoas sem conhecimento ou com conhecimento superficial sobre ancestralidade, racismo, raça, preconceito e discriminação realizem sua autodeclaração.

A autodeclaração, ainda hoje, é uma situação mal compreendida, pois envolve o entendimento sobre conhecimentos a respeito, sobretudo, do racismo. De acordo com Almeida (2019), o racismo tem ligação com o colonialismo, reforçado na ideia de raça como característica biológica e étnico-cultural. O autor lembra que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos. A raça é um fator político, para naturalizar desigualdades.

Para Almeida (2019)

[...] racismo é uma forma sistemática de discriminação, que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam. (Almeida, p.22, 2019)

No mesmo viés, Almeida (2019) estabelece uma distinção entre preconceito e discriminação racial. Para o autor, o preconceito racial “[...] é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (p. 22). Já a discriminação racial “[...] é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”. A partir desses dois conceitos, é possível afirmar que a discriminação racial é mais grave do que o próprio preconceito. Este remete à ideia de universalização, enquanto aquela tem como princípio o poder. O racismo, portanto, configura a materialização da discriminação racial.

Almeida (2019) classifica o racismo a partir de três concepções: individualista, institucional e estrutural. Na concepção individualista não existe sociedade racista, mas indivíduos, que precisam ser punidos. A concepção institucional parte do princípio de que a desigualdade racial é uma característica da sociedade, não apenas por ações isoladas de grupos ou de indivíduos racistas, mas porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais, que usam as instituições para impor seus interesses. Por último, o autor diz que a concepção estrutural se baseia na ideia de que as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social, que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. As instituições são racistas porque a sociedade é racista. Isto é, a estrutura social é racista.

Dessa maneira, na sociedade em que o racismo está presente cotidianamente, as instituições acabam por reproduzir as práticas racistas de forma naturalizada, justamente por não tratarem o racismo como um problema de desigualdade social. Sendo o racismo inerente à estrutura social, a única forma de trabalhar com o tema é por meio da implementação da educação antirracista.

Almeida (2019) cita que as instituições devem investir em:

- a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade;
- b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição;
- c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais;
- d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero. (Almeida, 2019, p. 32)

O investimento é algo que precisa ser elencado de forma a trazer à tona as problematizações que envolvem o racismo e trabalhar com a educação antirracista, como forma de afastar análises superficiais que não contribuem para sua compreensão, dificultando o combate às práticas racistas. Por isso, o desvelamento consciente de que o racismo é parte da estrutura social e não necessita de intenção declarada para se manifestar é fundamental, sendo necessário considerar algumas práticas ao se pensar o tema, as quais acabam sendo camufladas na realidade social. Para Almeida (2019), o silêncio, por exemplo, pode levar à manutenção do racismo.

Munganga (2019) afirma que o racismo, como modo de estrutura social, é um conjunto de hábitos, situações ou falas embutidas em nossos costumes e que promovem, direta ou indiretamente, o preconceito e a segregação racial. Refere-se ao conjunto de práticas institucionais e às dinâmicas sociais, econômicas e políticas que favorecem determinado grupo étnico em prejuízo de outro. São as estruturas da

sociedade que promovem, direta ou indiretamente, o preconceito racial e contribuem para perpetuar as desigualdades.

Com base nos autores apresentados, na medida em que o problema se amplia, faz-se necessário que ações antirracistas sejam construídas e desenvolvidas nas instituições de ensino, a fim de que a educação se constitua como uma experiência antissegregacionista no cotidiano dos sujeitos que compõem a educação escolar brasileira. Tais práticas devem integrar o cotidiano acadêmico e estar presentes nos planos de ensino e na estrutura da educação superior. A compreensão de que o racismo não se reduz a um ato individual, mas integra a estrutura social, amplia a responsabilidade pela produção de conhecimento sobre as relações étnico-raciais no espaço acadêmico.

2 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Para o desenvolvimento do trabalho, foi utilizada pesquisa básica, com abordagem qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista dos objetivos, ela foi exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada pesquisa bibliográfica, com aplicação de questionário. Para analisar os dados coletados, fez-se uso da análise do discurso, o que significa compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história (Orlandi, 2020).

Por meio desse tipo de estudo, pôde-se conhecer melhor aquilo que faz do humano um ser singular, com sua capacidade de significar e significar-se. De acordo com Orlandi (2020), a análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Por meio da análise das falas dos acadêmicos, foi possível trazer à tona os discursos produzidos na academia como força positiva ou negativa na construção de práticas para uma educação antirracista.

O questionário teve o intuito de identificar como os acadêmicos(as) compreendem a autodeclaração. Desde a matrícula, os estudantes são questionados sobre sua autodeclaração e muitos respondem sem compreender o significado dessa questão.

Em 2024, a Faculdade Sagrada Família contava com quatro cursos superiores: Administração, Enfermagem, Ciências Contábeis e Pedagogia. Para a coleta de dados sobre a autodeclaração dos estudantes, foi disponibilizado um

questionário aos estudantes dos quatro cursos. Participaram da pesquisa 18,8% dos estudantes de Administração; 21,2% de Ciências Contábeis; 24,7% de Enfermagem e 35,3% de Pedagogia, totalizando 85 participantes, de um universo de 227 estudantes matriculados no início de 2024.

Foi perguntado aos estudantes como eles se autodeclararam, seguindo a terminologia utilizada pelo IBGE, sendo que 3,5% se declararam pretos; 21,2%, pardos; e 75,3%, brancos. Nenhum estudante se declarou indígena ou amarelo.

Quadro 1 – Como os estudantes se autodeclararam

Curso	Administração	Enfermagem	Ciências Contábeis	Pedagogia
Autodeclaração				
Branco(a)	14	13	17	21
Preto(a)	0	2	0	1
Pardo(a)	2	6	1	8

Fonte: as autoras

Porém, ao acessar os dados declarados no Censo pelos alunos matriculados em 2023, observa-se que, dos 304 estudantes que tinham vínculo com a instituição naquele ano — entre cursando, matrícula trancada, formados, desvinculados do curso e transferência interna —, tem-se 258 brancos, 5 amarelos, 39 pardos e 2 pretos. A partir desses dados, percebe-se certa discrepância nas informações sobre a autodeclaração.

Embora o número de estudantes participantes da pesquisa seja inferior ao número de estudantes vinculados à IES em 2023, pode-se observar que há apenas um estudante com descendência asiática frequentando os cursos, e que o número de alunos pretos é maior do que o declarado no Censo.

Da mesma forma, ao se considerarem os dados do Censo publicados desde 1991, nos quais praticamente metade da população brasileira é parda e preta, os estudantes que ingressam na faculdade não poderiam ser majoritariamente brancos. Entretanto, ao se analisarem os dados do Censo de 2022 do Estado do Paraná — em que a população que se declarou preta é de 4,2%, a parda é de 30,1% e a que se declara branca é de 64,6% —, a situação se apresenta de forma distinta, uma vez que a população paranaense é majoritariamente branca.

Além disso, em Ponta Grossa, dos 358.367 habitantes, 85.748 se declararam pardos e 13.382 se declararam pretos, o que representa quase um terço da

população. Com isso, têm-se algumas possibilidades: ou essa população preta ou parda não tem oportunidade de acesso ao ensino superior, ou os estudantes não têm conhecimento sobre sua descendência — isto é, sua ancestralidade —, pois deveria haver maior presença de estudantes pretos ou pardos no ensino superior.

Almeida (2019) diz que as classificações raciais no Brasil tiveram papel importante na definição de hierarquias sociais, na legitimidade da condução do poder estatal e nas estratégias econômicas de desenvolvimento. Com isso, [...] “a possibilidade de ‘transitar’ em direção a uma estética relacionada à branquitude e manter hábitos de consumo característicos da classe média pode tornar alguém racialmente ‘branco’” (Almeida, 2019, p. 37). Em alguns momentos isso pode ser bastante vantajoso, sobretudo para quem não apresenta aparência física associada à ascendência africana. O estudo da história da África é um dos elementos primordiais para o reconhecimento da ancestralidade.

Quando os estudantes foram perguntados sobre: **Por que você se autodeclara dessa forma?** As respostas foram as seguintes¹:

Quadro 2 – Motivo da autodeclaração

Administração	
Branco(a)	- Registro de nascimento (3) - Cor da pele (8) - Descendente de ucranianos - Origem italiana - Aprendi assim
Preto(a)	-----
Pardo(a)	- Mistura de branca com indígena - Não me acho branca nem morena
Enfermagem	
Branco(a)	- Identifica-se branco(a) de família branca (4) - Cor de pele (3) - Meus pais me ensinaram - Sou descendente de italiano e polonês - Não sabe (2) - Certidão de nascimento (2)
Preto(a)	- Identifica-se assim - Cor de pele
Pardo(a)	- Sou morena de pele - Sou dessa cor (2) - Eu me enxergo dessa maneira - Na certidão está isso (2)
Ciências Contábeis	
Branco(a)	- Cor de pele (8) - Registro de nascimento (5) - Raízes ucranianas - Sempre foi assim

¹ Os números inseridos ao lado das respostas representam a quantidade de vezes que a informação se repete nas respostas dos estudantes.

	- É minha descendência - Não sabe
Preto(a)	-----
Pardo(a)	- Cor da pele
Pedagogia	
Branco(a)	- Registro de nascimento (7) - Não sabe - Descendência (3) - Cor de pele (7) - Sempre me falaram (3) - Pelas características físicas
Preto(a)	- Tem consciência da sua origem
Pardo(a)	- A mãe é negra - A mãe é negra e o pai é branco - A mãe indígena e o pai português - Descendência (2) - Cor de pele (2) - Não sabe

Fonte: as autoras

No Quadro 2, mesmo separando as respostas por curso, se percebe que não há divergência nas respostas. Embora todos os cursos tragam essa temática como parte de sua matriz curricular, parece que ainda não se tem clareza sobre pertencimento. O que mais chamou atenção sobre o motivo da autodeclaração foi a fala dos estudantes sobre “cor de pele” ou “Certidão de Nascimento” como justificativa para a sua ancestralidade. De acordo com Rocha e Rosemberg (2007), a expressão cor de pele foi introduzida no século XVIII na Europa Ocidental para diferenciar as chamadas raças humanas. No Brasil, o termo apareceu no Brasil Colônia e se mantém até os dias atuais, sendo incluído nos inquéritos populacionais.

A história da pessoa não é considerada, mas sim a cor ou a aparência. Sabe-se que a discussão sobre raça/cor ainda é muito complexa e não cabe nesse artigo, mas os dados evidenciam a falta de compreensão dos estudantes sobre a justificativa para a sua autodeclaração. A obrigatoriedade legal de se discutir as relações étnico-raciais na Educação Básica ainda não se materializou de forma efetiva no âmbito escolar, nem no imaginário dos estudantes. O que se mantém são as denominações racistas de séculos passados, que não aproximam a história da civilização africana.

Os estudantes também foram questionados se haviam **mudado em algum momento a sua autodeclaração? Se sim, por quê?**

Dos discentes participantes da pesquisa, dois que se autodeclararam pretos responderam que sim, pois pleiteavam vagas em concurso público. Com isso, se percebe o quanto é difícil para esse estudante realizar sua autodeclaração pensando em ancestralidade, ou na história da sua família. Estudar sobre africanidades ainda é

muito difícil no contexto escolar. Silva (2003) diz que o estudo sobre africanidades brasileiras significa estudar o jeito de ver a vida, suas lutas, o trabalho e o mundo, próprio dos descendentes de africanos que, ao estarem presentes na construção da nação brasileira, vão deixando sua marca e conhecendo a marca do outro.

Também foi perguntado aos estudantes se realizar a autodeclaração era importante. Do total entrevistado, 44 responderam que não achavam importante e as justificativas variavam entre: “pretexto para o racismo”, “somos todos iguais”; “cor não muda as pessoas”; “não vê diferença entre as pessoas”. Ainda 41 estudantes disseram achar importante a realização da autodeclaração devido a “cotas”; “políticas públicas”; reparar desigualdade”; “como a pessoa se vê”.

Nas respostas dos acadêmicos que consideram não importante a autodeclaração, aparecem constatações importantes para análise. A primeira é como essas ideias foram criadas e difundidas pelo imaginário dos estudantes, pois a utilizam para minimizar a desigualdade racial. A segunda é o que se pode fazer para despertá-los para a desigualdade racial. Segundo Almeida (2019), essas questões só podem ser respondidas se compreenderem o racismo como processo político e histórico, além de entender a constituição de subjetividades, em que a consciência e afetos estão conectados com as práticas sociais.

Com base no que foi apresentado, é possível afirmar que os(as) acadêmicos(as) precisam ter explicação racional para a ‘desigualdade racial’ e, também, entenderem que a realidade social não é dividida em “brancos” e “não brancos”. Eles não podem naturalizar o que não é natural, construindo uma visão ilusória da realidade.

Por último, foi questionado aos estudantes sobre o racismo estrutural. Dos 85 entrevistados, 14 não sabiam do que se tratava; 30 copiaram da internet o seguinte conceito ou parte dele, que é um dos primeiros conceitos que aparecem quando se digita a palavra racismo na internet: “É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam”(Almeida, 2018: 25). Os demais acadêmicos se dividiram entre as seguintes definições:

Quadro 3 – Definições dadas pelos estudantes para racismo estrutural

Acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> - Falas presentes no dia a dia que acabam sendo racistas mesmo sem intenção (5) - Racismo presente na estrutura social (2) - É problema complexo e profundo que enfrentamos em nossa sociedade - Algo que vem passando de geração a geração, desde o início da colonização. (2) - Que é um problema que vem acontecendo na nossa sociedade por conta da cor de uma pessoa - Racismo quando direcionado a um grupo de pessoas negras (4) - Racismo estrutural é uma nomeação utilizada para se referir a segmentos de pensamentos estruturados socialmente. (2) - O racismo que vem de casa e é passado pelos pais, parentes e sociedade. (6) - Uma discriminação racial, através da sociedade. (2) - Quando nós estamos sendo racistas sem perceber. (4) - Racismo pré conceitual. (4) - Quando já nascemos em um ambiente com esse preconceito. (4) - Discriminar alguém humilhar etc. por algo que é normal (cor da pele) - Divisão por classe. (3)
------------	--

Fonte: as autoras

Por meio desses discursos fica evidente que mesmo os acadêmicos trazendo ideias que se aproximam de uma explicação para o racismo estrutural, não parece que tenham de fato conhecimento sobre como isso se constitui socialmente. Se confrontarmos o número de estudantes que não veem importância na autodeclaração e o número de estudantes que copiaram conceitos literais ou parciais da internet, observa-se que a não importância está relacionado com o não entendimento de racismo estrutural. Almeida (2019, p. 42) aponta que “[...] dizer que nossa visão sobre a sociedade não é um reflexo da realidade social, mas a representação de nossa relação com a realidade, faz toda a diferença”.

De acordo com o estudo realizado, percebe-se que a construção desses discursos, que não se sustentam na realidade, reforça a necessidade de trabalhar o imaginário social dos(as) acadêmicos(as). Se passam a vida ouvindo coisas positivas sobre pessoas brancas e negativas sobre pessoas pretas, tendem a concluir que a sociedade é dividida, sendo a parte negativa associada às pessoas pretas. É por meio de uma educação antirracista, ancorada em práticas sociais concretas, que se pode visualizar a pessoa preta como protagonista de ações historicamente atribuídas a pessoas brancas, de modo que se possa afirmar a superação de práticas racistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa aponta que a substituição do racismo por práticas multiculturais não vai acontecer sem os acadêmicos estarem mergulhados em conhecimentos sobre como funciona a estrutura econômica, política e ideológica brasileira. A negação do racismo, apresentada por alguns acadêmicos, se sustenta em outros discursos e um deles é o de meritocracia. Nele, a culpa pela própria condição é da pessoa negra. Não conseguem perceber que, em um país desigual como o Brasil, a promoção da desigualdade racial é feita por discursos ideológicos e hegemônicos, construídos a partir do imaginário social de uma sociedade desigual.

Com base na pesquisa realizada, foi possível verificar que os(as) acadêmicos(as) não têm consciência sobre a sua ancestralidade, sua história e/ou a história da África, que se mistura com a história do Brasil. Nesse sentido, sem o conhecimento sólido sobre esse tema, os(as) acadêmicos(as) não conseguem realizar sua autodeclaração étnico-racial, pois reconhecer sua identidade requer mais do que olhar no espelho e ver a sua cor, envolve subjetividade. Por isso, para que eles possam realizar sua autodeclaração é necessário, que todos os professores tenham também clareza sobre 'educação antirracista', no sentido de discutir esses conceitos em sala de aula com os estudantes. A formação continuada de professores no ensino superior se faz urgente, sobretudo no que diz respeito as relações étnico-raciais.

A formação de professores deve avançar para o aprofundamento do letramento racial, para contribuir de forma mais assertiva com a formação acadêmica dos estudantes. Dessa maneira, os estudantes poderiam reconhecer e intervir em seus ambientes de trabalho a respeito do racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB)**.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3/2004, de 10 de março de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.**

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teorizando as relações étnico-raciais no Brasil. In: SIERRA, Jamil Cabral; SIGNORELLI, Marcos Claudio (org.). **Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia.** Matinhos: UFPR Litoral, 2014.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

ROCHA, Edmar José da; ROSEMBERG, Fúlvia. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 759–779, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/5NbCwJ6ShDZ6sq9FPgpBRxc/?format=pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.